

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A DIALÉTICA MATERIALISTA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND DIALECTIC MATERIALIST: THEORETICAL CONCEPTIONS

EDUCACIÓN AMBIENTAL Y DIALÉCTICA MATERIALISTA: CONCEPCIONES TEÓRICAS

Antonio Lindomar Rodrigues Andrade¹

lindomarbranco@hotmail.com

RESUMO

A presente reflexão propõe apresentar a relação entre a educação ambiental e o método dialético marxista, utilizado pela geografia crítica e pela corrente crítica da educação ambiental. O objetivo deste trabalho é explicitar a importância da discussão do método dialético marxista na educação ambiental, além de contribuir para a conscientização docente, pois se acredita que professores críticos podem fomentar processos de transformação social significativos para o desenvolvimento intelectual. O texto apresenta a educação ambiental problematizada a partir de uma corrente crítica, fundamentada no materialismo dialético, tem a função transformadora do intelecto humano, visto que se torna incentivadora da liberdade, somente possível com o conhecimento crítico-transformador, capaz de mostrar tudo aquilo que aprisiona. Diferente da corrente naturalista, a educação ambiental crítica é uma possibilidade de enfrentamento ao ideal burguês de consumo exacerbado e à exploração dos recursos naturais de forma indevida, que tem provocado danos irreparáveis ao meio ambiente. A proposta de relacionar educação ambiental e dialética marxista faz refletir sobre o trabalho docente e a sua postura político-ideológica diante de um mundo marcado pela pobreza, pela violência, pela individualidade, pela exploração do outro, pela concentração da riqueza, elementos que não mais despertam espanto ou revolta, mas que já se tornaram procedimentos “normais”, exceto para os que insistem em acreditar numa mudança significativa das relações sociais. Portanto, a contribuição dessa reflexão é também mostrar que o papel do professor pode e deve ser crítico, já que o ensino de conteúdos é importante, mas há fatores na dinâmica social que devem ser trabalhados nas escolas; um exemplo disso é que pouco se vê professores discutindo política em sala de aula.

Palavras-Chave: Educação ambiental, dialética marxista, formação docente..

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Agente na Comissão Pastoral da Terra/CPT-CE, membro titular da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo no Estado do Ceará - COETRAE/CE representando a instituição CPT no biênio 2013-2014. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID - Educação Ambiental projeto interdisciplinar (CAPES).

ABSTRACT

This reflection aims to present the relationship between environmental education and the Marxist dialectical method used by critical geography and critical current environmental education. The objective of this work is to outline the importance of the discussion of the Marxist dialectical method in environmental education, and contribute to the teaching awareness, because we believe that teachers can foster critical social transformation processes significant for intellectual development. The text presents a problematic environmental education from a critical current, based on dialectical materialism, has the transforming function of the human intellect since become supportive of freedom, only possible with knowledge critical-processor, capable of showing everything traps. Unlike the current naturalist, environmental education is a critical opportunity to confront the bourgeois ideal of excessive consumption and exploitation of natural resources improperly, which has caused irreparable damage to the environment. The proposal to relate environmental education and Marxist dialectic is a reflection about the teaching profession and their political-ideological stance on a world marked by poverty, violence, individuality, by exploiting the other, the concentration of wealth, elements that no longer arouse astonishment or resentment, but that have become "normal" procedures, except for those who insist on believing in a significant change in social relations. Therefore, the contribution of this reflection is also to show that the teacher's role can and should be critical, since the teaching content is important, but there are factors in the social dynamics that should be taught at schools; one example is that little is seen teachers discussing politics in the classroom.

Keywords: Environmental Education, Marxist dialectic, teacher training.

RESUMEN

Esta reflexión tiene como objetivo presentar la relación entre la educación ambiental y el método dialéctico marxista utilizado por la geografía crítica y la educación ambiental de corriente crítica. El objetivo de este trabajo es describir la importancia de la discusión del método dialéctico marxista en la educación ambiental, y contribuir a la sensibilización de enseñanza, porque creemos que los maestros pueden fomentar procesos críticos de transformación social importante para el desarrollo intelectual. El texto presenta una educación ambiental problemática desde una corriente crítica, basada en el materialismo dialéctico, tiene la función transformadora de la inteligencia humana, ya convertido en apoyo de la libertad, sólo es posible con el conocimiento crítico-procesador, capaz de mostrar todo trampas. A diferencia de la corriente naturalista, la educación ambiental es una oportunidad crítica para enfrentar el ideal burgués de consumo y la explotación de los recursos naturales de forma incorrecta, lo que ha causado un daño irreparable al medio ambiente excesiva. La propuesta de vincular la educación ambiental y la dialéctica marxista es una reflexión acerca de la profesión docente y su postura político-ideológica en un mundo marcado por la pobreza, la violencia, la individualidad, mediante la explotación de la otra, la

ANDRADE, A.L.R. A educação ambiental e a dialética materialista: concepções teóricas. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 3, nº 4, p. 294-313, jan./jun. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

concentração de la riqueza, los elementos que ya no despertar el asombro o el resentimiento, sino que se han convertido en los procedimientos "normales", a excepción de aquellos que insisten en creer en un cambio significativo en las relaciones sociales. Por lo tanto, la contribución de esta reflexión es también muestra que el papel del profesor puede y debe ser crítico, ya que el contenido de la enseñanza es importante, pero hay factores en la dinámica social que se debe enseñar en las escuelas; un ejemplo es que poco se ven los profesores hablar de política en el aula.

Palabras clave: Educación Ambiental, la dialéctica marxista, de formación del profesorado.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental sempre esteve vinculada à ciência positivista naturalista. Essa corrente na educação ambiental sugere que o indivíduo é mero produto da hereditariedade e seu comportamento é fruto do meio em que vive e sobre o qual age. Desta forma, o ser humano não interage com a natureza como elemento transformador e reconstrutor. É uma ideia baseada na seleção natural, não há, portanto uma crítica às formas de dominação do "homem sobre homem" que leva consequentemente a exploração das "classes subalternas". Não há identificação de explorado e explorador. Todos estão no mesmo patamar o que não é verdade. As ideias naturalistas das ações humanas sobre o meio ambiente, exploração dos recursos, poluição dos rios e da atmosfera, são muitas vezes discutidas como mera causalidade natural, ou seja, os modelos econômicos e sociais não teriam tanta ou quase nenhuma influência sobre a degradação da natureza.

Na década de 1980, uma corrente da educação ambiental ligada aos movimentos sociais se renova metodologicamente, incorporando a concepção crítico-materialista à orientação marxista, tanto nos trabalhos teóricos quanto na prática.

Essa postura crítica, com um componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades. Não se trata de uma crítica estéril. Da pesquisa, ou no curso dela, emergem projetos de ação em uma perspectiva de emancipação, de libertação das alienações. Trata-se de uma postura corajosa, porque ela começa por confrontar a si mesma

(a pertinência de seus próprios fundamentos, a coerência de seu próprio atuar) porque ela implica o questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes. (SAUVÉ, 2005, p. 30).

Ainda na atualidade, existem diversas correntes de educação ambiental, cada uma com seus pressupostos teóricos e metodológicos; No entanto, há uma corrente, marginalizada e pouco vista: a corrente crítica. Essa postura advém da leitura da realidade social, baseada na luta de classe e na análise da produção capitalista que é, em maior instância, responsável pela destruição contínua dos recursos naturais, visto que a ânsia de acúmulo de capital gera processos de exploração irracional da natureza. Mas é válido lembrar que a acumulação capitalista é feita por uma parcela pequena da população, ou seja, por uma burguesia que vê na natureza o lucro e na exploração do trabalho das classes subalternas a eterna fonte de acúmulo de bens materiais.

Portanto, a educação ambiental crítica, baseada na análise da produção capitalista e das relações sociais de produção, revela-se importante para se entender os reais problemas enfrentados pela sociedade atual. Sua importância advém principalmente por oferecer ferramentas de crítica ao sistema opressor e explorador. É uma educação ambiental que se desenvolve a partir da consciência de classe e da organização social como princípios fundamentais para a transformação do ser humano. No entanto, não se limita apenas à teoria, mas propõe a práxis. A práxis aqui é fruto da teoria e da reflexão sobre o papel das classes sociais na produção do espaço geográfico; É também a organização e a ação político-libertadora.

DESENVOLVIMENTO

O texto é de ordem teórico-conceitual e revela o desejo pela pesquisa, pelo conhecimento e pelo entendimento da educação ambiental crítica, visto que a sociedade está inserida no processo de crise ecológica, política, social e educacional.

O caminho percorrido para se chegar a essa reflexão fez um percurso cansativo, mas que se mostrou satisfatório pela compreensão e pelos resultados

alcançados. Fruto do interesse comum de um grupo de estudo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID-EA, no qual os bolsistas se responsabilizaram pela pesquisa e pela sistematização de temas ligados à educação ambiental crítica, cada bolsista, influenciado pela sua trajetória acadêmica e política, desenvolveu temas específicos.

Um dos problemas na construção dessa reflexão foi a dificuldade em encontrar textos que vinculassem de forma mais direta a dialética marxista com a educação ambiental.

Para isso, foi necessária a leitura de autores que consagram a educação ambiental crítico-reflexiva e interdisciplinar; Tais leituras contribuíram e fundamentaram a ideia de que a educação ambiental deve ser entendida como conhecimento indispensável na atualidade e deve tornar-se uma prática política e atuante na sociedade; Além disso, pode contribuir como uma ideia de transformação do ser humano.

Objetiva-se com esta reflexão apresentar a relação entre a educação ambiental crítica com a dialética marxista, revelando a importância desta, como método para se chegar à verdadeira causa dos problemas ambientais e educacionais.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Durante a história da humanidade, fica cada vez mais evidente que os processos intelectuais e sociais levam o homem a assumir a posição de um ser que é deslocado da natureza ao invés de ser um elemento integrado a ela. Neste sentido, Guimarães (1998) declara que:

A separação entre ser humano e natureza reflete-se em toda a produção humana, em particular no conhecimento produzido por esse modelo de sociedade. A fragmentação do saber, representado pelas especializações do conhecimento, aprofundou a compreensão das partes. [...] o ambiente é também uma unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar que podemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente. (GUIMARÃES, 1998, p. 12).

O processo de desenvolvimento das formas de produção capitalista catalisou a “desintegração” do homem com a natureza, pois o capitalismo age sob

a lógica de dominação do homem sobre o homem, da produção e do incentivo ao desenvolvimento da tecnologia para aumentar a produção e a exploração ilimitada dos recursos naturais, principalmente os recursos não renováveis tais como: os minérios, o petróleo, a água etc. Seu único objetivo é a reprodução do capitalismo através do acúmulo de bens, acarretando muitas vezes a destruição, a extinção e a doença de partes importantes do meio ambiente.

Nas sociedades atuais o ser humano afasta-se da natureza. A individualização chegou ao extremo do individualismo. O ser humano, totalmente desintegrado do todo, não percebe mais as relações de equilíbrio com a natureza. Age de forma totalmente desarmônica sobre o meio ambiente, causando grandes desequilíbrios ambientais [...] Criou-se com isso uma sociedade consumista de recursos, capitais e bens. O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende uma ilusão alienante de crença na viabilidade desse modelo, que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária. (GUIMARÃES, 1998, p. 12-13).

Para Guimarães (1998), a preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental surgiram em meados da década de 1970, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972. Outro marco importante para a educação ambiental foi o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental ocorrido em Belgrado 1975. Em 1977, a Organização das Nações Unidas, (ONU) através da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), organizou a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que ocorreu em Tblisi, na Geórgia, e a II Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Moscou 1987. A partir da década de 1980, principalmente com a renovação metodológica,

[...] a Educação Ambiental vem sendo definida como eminentemente interdisciplinar, orientada para a resolução de problemas locais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora de cidadania. É transformadora de hábitos e conhecimentos... (GUIMARÃES, 1995, 28).

No âmbito nacional, foi só em 1992 que ocorreu no Rio de Janeiro a ECO-92 ou Rio 92, com o intuito de estabelecer um programa para a educação ambiental brasileira. É importante ressaltar que, enquanto outros países já estavam bem avançados na discussão sobre o meio ambiente, no Brasil, esse processo foi ganhando lentamente campo nas universidades, pois fazia poucos

anos que o país havia saído de um regime político ditatorial e trazia sua herança autoritária que permeava as políticas governamentais, retardando as discussões, por exemplo, sobre o meio ambiente, que geralmente iam contra as propostas de desenvolvimento econômico nos parâmetros brasileiros.

Para Guimarães (1989) alguns fatores são determinantes: o primeiro é que, nos países considerados subdesenvolvidos, as inovações chegam com atraso; o segundo é porque a ditadura militar que governou o Brasil até a década de 1980 não tinha afinidade com os princípios da educação ambiental, por ela manter posição questionadora dos “*status quo*”.

Conforme Morin (2011), o século XX foi o período em que aconteceram duas grandes barbáries: a primeira foram as duas grandes guerras e todos os males que elas geraram, milhões de pessoas foram mortas. A segunda foi a racionalização que só conhece o cálculo e ignora o indivíduo, seu corpo, seus sentimentos, sua alma; isso multiplica o poder da morte e da servidão técnico-industriais. Para o referido autor, a humanidade poderia ter sido destruída pelas bombas nucleares; não aconteceu, mas há uma ameaça que está sendo gestada no seio da sociedade e que se apresenta neste início de século XXI como a “morte ecológica”, de modo que o consumismo, o sistema capitalista está envenenando o planeta e causando danos irreparáveis em nome do acúmulo de riquezas.

Pensar a educação ambiental é pensar a partir do individual para o coletivo, é buscar mudança de racionalidade, é fugir do modelo consumista e de pessoas que estão cada vez mais afogadas nas necessidades produzidas pelo capital e para o capital. A escola é o espaço oportuno que o educador tem para fomentar transformações e mudanças no modo de pensar e agir na realidade de cada educando. O docente é um profissional privilegiado e por isso a necessidade de sua formação político-crítica para que sua prática pedagógica seja transformadora.

A Educação Ambiental transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais. (LOUREIRO, 2007, p. 89).

A educação ambiental deve ser um processo que promova a consciência crítico-reflexiva da realidade social e ambiental. Necessita ser essencialmente uma educação transformadora e libertária que incite nos processos educacionais a revolução no pensamento e nas atitudes. Nas palavras de Pelicioni e Philippi (2005), o conceito de educação ambiental não deve se prender apenas ao meio ambiente, mas deve se ater para as questões de pobreza, de habitação, de saúde, de segurança alimentar, de democracia, de direitos humanos e de paz, resultando em um imperativo moral e ético do conhecimento, no qual o conhecimento tradicional e as diferenças culturais sejam respeitados. Guimarães (1998) alerta que

[...] a educação ambiental exige uma postura crítica e um corpo de conhecimento produzido a partir de uma reflexão sobre a realidade vivenciada. Comporta uma concepção desalienante, porquanto pressupõe ações voltadas para o surgimento de novos valores, onde a participação é um princípio fundamental. (LIMA, 1984 *Apud* GUIMARÃES, 1998, p. 23).

Segundo Rivelli (2005), a educação ambiental está prevista na Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, no artigo 225 da Constituição Federal. A lei incumbe o Poder Público de promover a educação ambiental (EA) em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. O artigo 1º declara que a educação ambiental deve ser entendida com

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 2013).

A legislação é bastante completa, mas sua aplicação deixa muito a desejar, As escolas não cumprem as metas que a lei propõe, ou muitas vezes nem se esforçam para conhecê-la, exceto quando há projetos que estejam sendo desenvolvidos internamente, e isso, ainda é muito pouco, porque, geralmente, são projetos que agregam poucos indivíduos e quase não há engajamento de todo o corpo docente.

Os projetos de educação ambiental devem ser abraçados por todo o corpo docente da escola em que ele esteja sendo desenvolvido, mas isso nunca acontece. Geralmente são os professores da área de geografia e de ciências que acabam se tornando os dirigentes, quando deveria ser uma proposta interdisciplinar, ou seja, as demais disciplinas escolares e seus representantes deveriam participar ativamente na construção e no desenvolvimento desses projetos. A literatura, as artes, a matemática e outras disciplinas podem e devem contribuir na somatização de resultados importantíssimos.

A legislação é o ponto de partida para incentivar as escolas públicas na realização de uma educação em que o meio ambiente seja um conteúdo que perpassa as disciplinas escolares e que se torne uma ferramenta de transformação política do educando e do educador.

A IMPRESSÃO DA DIALÉTICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para Loureiro (2007), a história da dialética é contada em dois períodos. O primeiro vem desde os pré-socráticos até Hegel, quando inicia o segundo período de desenvolvimento da ideia de dialética. É com Hegel que a contradição se torna elemento fundamental na análise das coisas. Mas Hegel ainda não ultrapassa o mundo das ideias, o mundo metafísico. Segundo Gadotti (1997), é propriamente com Marx e Engels que a dialética adquiriu um *status* filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico). Marx substitui o idealismo de Hegel por um realismo materialista. Marx declara que

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrario, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX *apud* GADOTTI, 1997, p. 19).

Para a construção da ideia de educação ambiental crítica foi necessário basear-se no método de pesquisa que entende a educação ambiental como um processo histórico e também dialético. Neste sentido, Gil (2005) revela que a dialética é um método ou caminho que permite desvendar a realidade da problemática ambiental através da exploração dos recursos naturais para o fortalecimento do capitalismo. Para isso, é necessário compreender que os processos produtivos do atual modo de produção são fatores determinantes para revelar os danos ao meio ambiente. Assim,

Esta postura crítica, com um componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades. Não se trata de uma crítica estéril. Da pesquisa ou no curso dela emergem projetos de ação em uma perspectiva de emancipação, de libertação das alienações. Trata-se de uma postura corajosa, porque ela começa primeiro por confrontar a si mesma [...] e porque ela implica o questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes. (SUAVÉ, 2005, p. 30).

Nesse sentido, a educação ambiental tem uma relação com a dialética materialista, indiscutível, pois ela (EA) nasce da necessidade de preservar a natureza, conservar o meio ambiente para que sejam garantidos a reprodução da vida e o equilíbrio com o meio. A ideia evolui no tempo e no espaço, renova seus métodos, e se torna crítica e atuante. Para isso, precisou posicionar-se diante do sistema capitalista e reconhecer que é um sistema que explora a natureza de forma irresponsável.

Portanto, se analisarmos os princípios da dialética e sua relação com a educação ambiental é claro e evidente o entendimento de que os problemas ambientais não serão solucionados e apreendidos se não olharmos pela ótica do método dialético. Por isso, seus “princípios (ou leis) podem ser aplicados tanto à matéria, como à sociedade humana e aos nossos próprios conhecimentos.”. (GADOTTI, 1997, p. 26).

Gadotti (1997) declara que o 1º princípio da dialética é o “**princípio da totalidade**”, onde “**tudo se relaciona**”; Essa totalidade se apresenta como “pressuposto de que o global significa o conjunto das relações, o todo organizado no qual nos inserimos e que é indissociado das partes.”. (LOUREIRO, 2007, p. 94). É aqui que podemos perceber que para entender a educação ambiental faz-

se necessário entender a produção capitalista e o próprio sistema, é saber que esse sistema é mundial, global, mesmo que entre países aconteçam diferenciações. Porém, o sistema é também local, pois é através das partes que ele se realiza no todo.

A educação ambiental crítica e atuante pode ser entendida como um movimento que percebe a constituição do sistema capital como ponto de partida para tornar-se evidente que ele é o sistema formador de uma sociedade individualista, apolítica, consumista e principalmente, incentivadora de uma educação descontextualizada da realidade em que vivem o “aluno” e o “professor”. Desta forma, poderemos pensar em educação ambiental “transformadora e emancipatória”, que parte da

[...] compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que descolam o comportamental do histórico-cultural e do modo como a sociedade está estruturada. O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de descolado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam à justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e à indissociabilidade entre humanidade-natureza. (LOUREIRO, 2007, p. 94).

Para Leff (2003), a compreensão da “totalidade” é fundamental para entender a ordem do mundo, das coisas que nele existem e a da educação ambiental crítica, pois,

A compreensão do mundo como ‘totalidade’ propõe o problema de integrar os diferentes níveis de materialidade que constituem o ambiente como sistema complexo, e a articulação do conhecimento dessas ordens diferenciadas do conhecimento do real, para dar conta desses processos [...] (LEFF, 2003, p. 27-28).

O 2º princípio da dialética é o “**movimento**” ou onde “**tudo se transforma**”. “O movimento é uma qualidade inerente a todas as coisas.” (GADOTTI, 1997, p. 25). É o devir de todas as coisas. A natureza e o ser social, não são entidades inacabadas, estão em constante transformação, assim, a transformação da sociedade só pode ser alcançada se houver luta. O estático não liberta, pelo contrário, aliena e aprisiona. A educação ambiental só faz sentido se o educador tiver a sapiência de que há um movimento de mudanças de atitudes no pensar e no agir; É abandonar um sistema de doutrinas inoperantes e se lançar na luta pela

transformação do estudante e de si mesmo; É acreditar na possibilidade e não de prender as estruturas curriculares que aprisionam o educador e o educando num sistema de alienações.

A maioria dos projetos de educação ambiental não possui ideal crítico, ou seja, não discute as reais causas e consequências da destruição do meio ambiente. Por isso, geralmente os projetos se limitam a campanhas de recolher o lixo adequadamente. Essa prática pode ser apenas o resultado de uma formação política sobre a importância do ambiente para a sobrevivência do ser humano e das demais espécies sobre o planeta. Educadores ambientais precisam entender que educação ambiental não é só plantar árvores, cuidar de hortas e recolher o lixo no local adequado nas escolas; É agir de forma totalmente diferente fora deste campo de intervenção. A educação ambiental dialética é, antes de tudo, uma opção política de transformação do ser; É entender que nossas concepções teóricas devem ser exercidas no cotidiano: em casa, na rua, no trabalho, na escola e na universidade.

O professor da educação básica e do ensino médio são cobrados a seguir um cronograma que os prende a uma estrutura curricular extremamente rígida. O conteúdo tem de ser trabalhado tal qual está no livro didático. E são poucos os que ousam construir um conhecimento diferente do que esteja no livro; Muitos, por opção política de conformidade; outros são por não compreenderem a importância do seu papel como educador e como transformador e construtor de opiniões.

O professor de escola pública precisa entender que ele faz parte de uma classe “subalterna”. Uma classe trabalhadora cujo trabalho é capaz de construir processos de transformação de alunos em cidadãos conscientes. Isso só será possível se o educador adquirir consciência de classe. Entender que as condições de trabalho nas escolas públicas impossibilitam o aprendizado e a realização de um aprendizado de qualidade. O estímulo à educação privada leva ao sucateamento das escolas públicas, frequentada principalmente pela classe mais pobre e miserável da sociedade brasileira. O governo não tem interesse em melhorar essas condições, a não ser que haja luta, principalmente usuários deste

serviço. O desrespeito ao educador e ao estudante é sim uma forma de dano ambiental a vida humana.

O 3º princípio da dialética é a “**mudança qualitativa**”, que se pode entender como “a transformação das coisas não se realiza num processo circular de eterna repetição, uma repetição do velho.” (GADOTTI, 1997, p. 26), a mudança se dá pelo acúmulo de elementos quantitativos que gera o novo. Assim, a educação ambiental deve ser vista como processos, resultados de ações políticas, sociais e econômicas; Ela precisa se renovar constantemente para atender a demanda de problemas.

Esses problemas são resultado da interação de uma sociedade, baseada na divisão de classes e que há, no seu interior, uma constante transformação nos padrões de dominação e alienação. Neste sentido, Boff (2003) relaciona o desequilíbrio ecológico com as relações sociais. Para ele

O desequilíbrio ecológico e social afeta a todos os ecossistemas e os seres que os compõem. Assim o sistema do capital, hoje mundialmente integrado, significou, desde o seu surgimento, uma sistemática aplicação de violência: sobre as classes sociais, explorando a força de trabalho; sobre povos e países, colonizando-os e sugando suas riquezas; sobre o sistema-Terra, pilhando os recursos naturais. É sempre a mesma lógica em ação, acumulando opulência de um lado à custa da miséria do outro. A relação depredadora para com a natureza – injustiça ecológica –, afetando as águas, os solos, os ares, a base físico-química da vida, se transforma numa generalizada degradação da qualidade social de vida – a injustiça social –, penalizando principalmente os mais fracos e os pobres. Estes se veem condenados a morar em locais de riscos, a servir-se de águas contaminadas, [...] a viver sob relações sociais altamente tensas devido à pobreza e à exploração. (BOFF, 2003, p. 49).

O 4º princípio da dialética é a “**unidade e luta dos contrários**” ou princípio da “**contradição**”, para a dialética a “[...] transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas, tendendo simultaneamente à unidade e à oposição.” (GADOTTI, 1997, p. 26). É a partir deste princípio que a educação ambiental é entendida como a preocupação com o meio ambiente, porém, não pode ser realizado como estratégia para vender e lucrar como fazem muitas empresas que tem em seus discursos temas como “preservação” e “conservação”.

É a partir da contradição que podemos enxergar que um sistema econômico como o capitalismo pode proporcionar comodidade, lucro, riqueza, avanços tecnológicos, etc, mas também pode criar processos destrutivos na natureza (da vida biológica) e nas relações sociais. É com a contradição que há um despertar para a transformação até mesmo intelectual dos processos estagnados na sociedade através da luta de classe.

A contradição revela que, mesmo numa sociedade onde tudo é possível, tudo está ao alcance do desejo humano nos *shoppings* e nas lojas, nas tecnologias e no conforto, há também a alienação quanto à percepção do outro, principalmente dos excluídos dos processos de consumo, mesmo o consumo necessário a sua própria sobrevivência.

No Brasil enquanto a uma boa parte da população está vivendo confortavelmente, outras estão vivendo nas ruas, nos barracos, na miséria. Os índios estão sendo sacrificados por conta do desenvolvimento do país. Esses exemplos são uma mostra de que o sistema capitalista proporciona coisas “boas” para uma determinada classe, mas oferece miséria para outra.

O educador ambiental que não caminha pela dialética da contradição não transforma, não educa o outro e muito menos a si mesmo, apenas doutrina com os velhos conceitos da ordem e do progresso. É a educação da eterna

[...] incapacidade de organizar o saber disperso e compartimentado conduz à atrofia da disposição mental natural de contextualizar e de globalizar. A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional. É uma inteligência míope que acaba por ser normalmente cega. (MORIN, 2011, p. 39-40).

A dialética nos convida a realizar a educação ambiental comprometida e problematizadora. Não se pode contentar com o patamar de discussão sobre o destino do lixo e da reciclagem, o que acontece em muitos programas de educação ambiental. Esses programas têm atitudes louváveis, mais ainda são atos pequenos e muitas vezes inúteis, porque não liberta, não vai contra a célula do problema, muito menos acende a luz da consciência do que o educando e o

educador necessitam para se completarem e se libertarem do paradigma da educação descontextualizada.

O método dialético é inquietante e agitador, pondo em xeque como será esta realidade no futuro e refletindo sobre qual será o futuro que queremos. Através desse método não se transmite o conceito ao aluno, mas, a partir da realidade concreta de sua vida, o conceito vai sendo construído. (OLIVEIRA *apud* PONTUSCKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 70).

É ímpar a atitude do educador ambiental que está envolvido em movimentos de organização política. Faz-se necessário o comprometimento com o projeto revolucionário dos movimentos de transformação social. É estar consciente de que a realidade ambiental não é puramente natural, mas também humana, social e política.

Há bairros que, a partir de pequenas organizações ou associações, implantaram projetos de valorização da vida e da comunidade. Exemplo disso é um “Projeto Quatro Varas” que é desenvolvido no bairro Pirambu em Fortaleza/CE. É um projeto de Terapia Comunitária, mas não se limita apenas a saúde mental ou física; No espaço da terapia comunitária discutem-se vários problemas relacionados à comunidade, tais como; serviços, segurança, saúde, alimentação, convivência comunitária etc. É um projeto que não tem por objetivo principal a formação política, mas a consciência política se apresenta como um resultado desta ação. Além disso, o projeto se apresenta como um modelo que pode ser expandido, cultivado e causar impactos positivos na comunidade. O trabalho com as hortas medicinais não é apenas a produção de medicamentos orgânicos, mas faz uma crítica à produção dos grandes laboratórios de medicamentos em larga escala que tem por objetivo não a cura, mas o lucro.

O EDUCADOR AMBIENTAL: POSTURA CRÍTICA E TRANSFORMADORA

É imprescindível não apenas que o educador ambiental, mas o educador de forma geral esteja atento para as transformações engendradas neste início de século XXI, pois a realidade da educação mudou e o papel do educador se inverteu, a profissão professor vem, há algum tempo, se desvalorizando, e, com o advento da tecnologia, esse processo se acelera. Por isso a importância de o

educador se posicionar com posturas políticas, ideológicas e críticas deste processo; De ter mais consciência de classe, pois é como classe social unida por objetivos próprios que ele pode fomentar transformações na sociedade. Isso só é possível na adesão a uma postura crítica.

O educador deve renovar seu trabalho e seu objetivo como classe na sociedade, pois essa é a profissão que qualifica outras profissões. Para isso, é preciso entender que os processos históricos de desvalorização profissional estão atrelados ao modelo do currículo de ensino capitalista. É uma metodologia de alienação, tanto do trabalho docente quanto dos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes.

A superação desse modelo de educação capitalista, que explora o educador e não lhe possibilita as condições para formação continuada, só é possível com a luta organizada; A classe professor precisa-se unir e ter consciência de classe. Lutar por melhores condições de trabalho, ter mais tempo para se atualizar e estudar devem ser pautas de luta dessa classe, pois os avanços tecnológicos que possibilitam o acesso à informação, (mas não a formação), têm-se expandido, e o papel do educador tem se desvalorizado. Exemplo disso são os cursos online, em que não há necessariamente a presença de um educador, isso comprova a desvalorização de um profissional capaz de formar outros indivíduos.

O educador ambiental deve ter uma postura crítica dos processos históricos no qual a educação ambiental foi gerida. O problema da educação ambiental não é apenas conservar e preservar a natureza; Esse pressuposto positivista não considera o ser social como elemento integrante da natureza, mas que ele é também vítima dos impactos causados pelas forças capitalistas que destroem a natureza. Uma grande parte da população mundial é vítima da pobreza, da educação descontextualizada, que objetiva formar indivíduos consumistas, individualistas e apolíticos. Nesse sentido, a educação ambiental precisa verificar os problemas ambientais com outros olhos, nas palavras de Luzzi (2005),

[...] muitos programas de EA limitam sua preocupação a conservação da natureza, sem prestar a mínima atenção à vida humana; muitas

organizações ambientalistas militam em defesa do meio ambiente, mas não pelo direito de todos os cidadãos viverem com dignidade. (LUZZI, 2005, p. 382).

O educador ambiental deve estar apto a reconhecer que são as forças produtivas do sistema capitalista que transformam a matéria prima em mercadoria e que é esse sistema de produção a causa da desarmonia sociedade-natureza.

Desta forma, o modelo de produção capitalista não se apresenta apenas como um modelo econômico, mas também social, político e ideológico. A formação libertária do educador deve ser no sentido da percepção e entendimento deste sistema. O educador não pode repassar a seus alunos a ideia de que a escola está preparada simplesmente pelo fato de uma gestão ou de outra estar no poder. O papel do educador é instigar a partir da realidade social de seus alunos, pais e colegas a transformação do conhecimento adquirido em prática de organização política para o bem comum da comunidade escolar, pois a realidade atual é a de que professores trabalham na escola, mas não conhecem a comunidade, os pais, não tem uma relação afetiva com o espaço, o lugar onde ele atua. Por isso a importância de haver projetos extra-aulas, de aulas para aproximar o educador da comunidade, porque geralmente ele trabalha numa escola distante, longe de sua comunidade, isso não ocorre porque não se pensa nessa perspectiva, a própria escola não direciona atividades neste sentido.

A formação político-social do educador é de fundamental importância para que suas práticas, como professor, sejam realmente formadoras de cidadãos crítico-reflexivos; Senão sua prática educativa cairá no “abismo tecnicista”, ou seja, o professor que acredita estar contribuindo para a formação de cidadãos, apenas ministrando conteúdos sem nenhum significado para ambos. Geralmente é o professor que tem o livro didático como o “salvador da pátria”, exemplo disso, é o professor utilizar livros didáticos para fala de conteúdos que não tem nada haver com realidade de vida cotidiana do aluno. Desta forma, pode-se dizer que o engajamento político do educador é o caminho que deve ser trilhado.

A educação ambiental não pode nem deve estar à margem dos movimentos sociais que lutam por uma vida melhor para todos, por uma educação pública e gratuita de qualidade, pelo acesso à água potável, à moradia digna, pelo direito à saúde, ao trabalho, à cultura e à liberdade

[...] é uma educação para o exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades sociais, a formar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana. (LUZZI, 2005, p. 383).

A educação ambiental pode ser uma ferramenta, um conteúdo que, através dele, se objetivem conquistas, visto que, os danos ao meio ambiente não são meramente teóricos, estão acontecendo dia após dia e numa velocidade inimaginável. O motor destas causas sabe-se muito bem que é um modelo de sociedade baseado no acúmulo de capital, baseado na produção e na divisão de classes sociais. É a sociedade que estimula o consumo. É a sociedade que gera riquezas e desenvolvimento para uma pequena parcela da população, enquanto outra parte, a maioria, as massas, passam fome, se submetem a trabalhos degradantes para poder sustentar a família. O custo da riqueza e do desenvolvimento econômico e industrial é a poluição de rios, desmatamento, expulsão de povos e comunidades tradicionais de suas terras. Se o educador não percebe esses fatores determinantes na sociedade, seu trabalho é inútil, porque não forma cidadãos capazes de pensar e agir criticamente.

CONCLUSÃO

A educação ambiental é um conteúdo que precisa ser discutido a partir de uma problematização, mas para ser completa precisa ser problematizada e revisada, principalmente nos seus pressupostos norteadores e teóricos. A dialética marxista possibilita que a educação ambiental se renove e incorpore uma concepção crítica nas análises de educação ambiental.

Assim, é válido afirmar que, o aprendizado e o ensino da educação ambiental deve incorporar uma concepção crítico-reflexiva da realidade ambiental para não cair no discurso ambiental naturalista, formando assim professores e alunos conscientes do seu papel transformador na sociedade capitalista. Há projetos de educação ambiental que possibilitam a formação de educadores e a construção de conhecimentos sobre a temática. Exemplo disso, é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID Educação Ambiental Interdisciplinar, subprojeto do PIBID Biologia da Universidade Federal do Ceará,

que tenta construir uma educação ambiental numa perspectiva dialética e também interdisciplinar. Seu objetivo principal é agregar conhecimento de algumas disciplinas e a partir disso desenvolver o projeto na escola possibilitando a construção de uma educação ambiental mais eficaz e mais crítica.

Por ser um projeto formado por vários bolsistas de cursos diferentes há um debate interdisciplinar que fundamenta suas ações práticas. Estudantes de biologia, geografia, letras e teatro e cada bolsista possui seus ideais políticos e científicos. Há um esforço para construir um projeto interdisciplinar, mas também há conflitos “internos” de ideias que enriquecem o debate a própria prática na escola. Ainda não é a solução, mas é um começo que pode gerar futuros educadores, mas engajados com o compromisso social na escola em que atuará.

As atividades do PIBID-EA são construídas dialeticamente, isso quer dizer, as práticas na escola das diversas atividades tem a participação ativa dos alunos ou turmas contempladas com o projeto. Geralmente, nos projetos educacionais os alunos são apenas espectadores, porém, no PIBID-EA isso não é possível, porque as atividades são realizadas a partir de temas gerados pela demanda dos próprios alunos. É um modelo de educação participativa e horizontal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. **Ética e Eco-espiritualidade**. Campinas: Verus, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Legislação da educação ambiental**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: ago. de 2013.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, A.C. Métodos e Técnicas da Pesquisa em Educação Ambiental. In: PHILIPPI, Arlindo Jr.; PELICIONI, Maria Cecília Joces. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005, p. 578-598.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 1995.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15-64.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

LUZZI, D. Educação Ambiental: Pedagogia, Política e Sociedade. In: PHILIPPI, Arlindo Jr.; PELICIONI, Maria Cecília Joces. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005, p. 381-400.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2011.

PELICIONI, M.C.J.; PHILIPPI, A.Jr. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas Ideológicas da Educação Ambiental. In: PHILIPPI, Arlindo Jr.; PELICIONI, Maria Cecília Joces. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005, p. 3-12.

PONTSCHCKA, N.; PAGANELLI, Tomoko; CACETE, Nuria. **Para Ensinar e Aprender Geografia:** São Paulo: Cortez, 2007.

RIVELLI, E.A.L. Evolução da Legislação Ambiental: Políticas de Meio Ambiente, Educação e desenvolvimento Urbano. In: PHILIPPI, Arlindo Jr.; PELICIONI, Maria Cecília Joces. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005, p. 285-302.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Org.). **Educação ambiental: pesquisas e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005. p.17-44.